

## NOVAS REGRAS DA CVM RECEBEM APLAUSOS E CRÍTICAS



Enquanto a Securities and Exchange Commission (SEC, o órgão regulador do mercado financeiro americano) aperta o controle sobre as empresas de auditoria nos Estados Unidos, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Brasil, adota regras que são aplaudidas por algumas companhias do setor e criticadas por outras. Entre as mudanças estão: a polêmica publicação dos honorários de consultoria em jornais, o rodízio de auditores nas empresas - implementado em 1999 com a Instrução 308 - e a proibição do profissional de exercer qualquer outro serviço para a firma auditada. Segundo Ronaldo Cândido, responsável pela Superintendência de Normas Contábeis de Auditoria da CVM, o objetivo das novas regras "é melhor informar os investidores e o mercado sobre os serviços eventualmente prestados pelos auditores independentes, além do serviço de auditoria externa para fins de emissão do parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras".

A discussão sobre normas para o setor voltou à tona depois dos escândalos contábeis registrados nos EUA a partir do final de 2001. Mais recentemente, a instauração da Instrução 381 regulamentou a divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços que não sejam de auditoria externa. A CVM estabelece que as empresas que contratarem auditores independentes e não divulgarem de forma satisfatória os serviços prestados estarão cometendo uma infração grave, sujeita a multa diária cumulativa de R\$ 1 mil.

Presente em 159 países e - junto com a PricewaterhouseCoopers (PwC), Deloitte Touche Tohmatsu e Ernst & Young - uma das quatro grandes multinacionais no setor, a KPMG não aprova as mudanças. José Luiz de Carvalho, um dos sócios da firma, acredita que os problemas ocorridos nos Estados Unidos não resultaram da falta de rodízio, mas das dificuldades na governança corporativa. "Nenhuma das regras internacionais reconhecem que o rodízio seja uma ferramenta eficiente, tanto que poucos países a adotam: Paquistão, Equador, Brasil, Itália e Qatar. Conforme relatório da CVM americana, os anos seguintes à troca de auditor representaram um período em que os problemas ocorriam porque o auditor ainda não tinha o conhecimento necessário da empresa auditada, ficava sujeito a não detectá-los", afirma.



### A globalização da corrupção

Estudos e análises de pesquisadores e profissionais reunidos pelo Institute for International Economics (IIE) em Washington, D.C., compõem o livro *A corrupção e a economia global*, coletânea organizada pela

pesquisadora Kimberly Ann Elliott.

## EDITORIAL

### Auditoria lotérica

Lino Martins da Silva

Notícias recentes informam que o Governo Federal inova com auditorias a serem realizadas nos municípios usando o sistema de sorteio da Caixa Econômica Federal. Com essa medida, as responsabilidades públicas passam a ser uma questão de sorte. Prefeitos sortudos passarão incólumes à fiscalização federal, quase da mesma forma como os "anões" do orçamento, deputados que na década de 90 eram freqüentemente portadores de bilhetes "premiados". Já os Prefeitos azarados receberão emissários governamentais para vasculharem suas contas com a recomendação velada de encontrarem algo para gerar o denominado "efeito demonstração": um alerta para os Prefeitos sortudos, mas sem conseqüências práticas para a melhoria dos processos de trabalho.

Sobre esse tema vale resgatar artigo recente dos professores Max H. Bazerman, George Loewenstein e Don A. Moore, publicado na edição de novembro de 2002 da Harvard Business Review com título bastante sugestivo - Porque Bons Contadores Podem Fazer Auditorias Ruins - para traçar um paralelo com a auditoria lotérica que o Governo Federal começa a implantar neste início de abril. Tal procedimento contraria todas as teorias da prova auditorial pois, pelo que se noticia, a idéia é substituir a auditoria baseada em risco por uma nova metodologia baseada em seleção lotérica: a sorte.

Confesso que, no principio, considerei a mudança pretendida com base em um ponto de vista particular, uma vez que a nova metodologia poderia estar quebrando algum paradigma que contrariava o modelo de auditoria enraizado pelo conhecimento acadêmico-científico. Como passo seguinte, consultei livros, bibliotecas e fontes na Internet de credibilidade incontestável, enviei mensagens eletrônicas para professores eméritos e... nada! Não encontrei qualquer referência que validasse a troca do método: do risco cientificamente estudado pelo critério da sorte. Ainda não convencido o suficiente continuei em busca de mais informações, até me deparar com outro interessante artigo da Harvard Business Review, este publicado na década de 80, de autoria do Professor Robert Anthony. O texto trata dos jogos realizados pelos governos e da manipulação de dados e informações.

No Brasil temos visto nos últimos tempos governantes que assumem a gestão pública informando à sociedade que receberam o Estado com cofres vazios e muitas contas a pagar. Os governantes que saem, por sua vez, garantem que deixaram os cofres com dinheiro e muitas contas a receber. Nesse jogo dão explicações carregadas de imagem e emoção, mas não fazem uso da velha auditoria certamente porque, segundo a tradição, os bons auditores são melhores quando não se dedicam à arte de jogar.

Diante de tantos sofismas, o tema abordado por Anthony em seu artigo Government Games, Accountants Play (Governos Jogam, Contadores Brincam) mostra que, enquanto os governantes jogam, o sistema de auditoria não é utilizado para avaliar a efetividade das ações do governo. A experiência tem mostrado que, no início do jogo, os governantes dão preferência a formas burocráticas de fazer com que pareça correto aquilo que na essência está errado, tratando do controle pela forma, da valorização dos carimbos, das assinaturas e dos atestados. Vale dizer, da auditoria de papel ou de brincadeira, nas palavras de Anthony, ou - como vemos agora - da auditoria da sorte.

Muito mais interessante seria normatizar o modo como os administradores municipais devem administrar, eliminando a carência de instrumentos gerenciais que, muitas vezes, inviabilizam o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste sentido, antes da auditoria lotérica melhor seria dedicar esforços para a aprovação da lei de orçamento e finanças públicas que tramita há mais de 10 anos. Enquanto isso não ocorre, o cidadão fica assistindo ao jogo perverso voltado para a criação de constrangimentos episódicos não lastreados na boa prática administrativa. Para tanto contam com um controle interno frágil, que supervaloriza a legalidade orçamentária e abandona a evidenciação e a transparência da situação patrimonial que conjugaria ativos e passivos passados, atuais e futuros permitindo projetar e, principalmente, avaliar as ações de governo.

A médio e longo prazo, se os gestores praticarem esse jogo com o cidadão, o problema poderá ser solucionado na próxima eleição na medida do amadurecimento político da coletividade. Mas não deixa de ser preocupante que a auditoria governamental queira entrar nesse jogo dizendo: "Senhores Prefeitos, façam suas apostas"...

## ENTREVISTA

**Julio Oscar Lagun Filho - Presidente da Empresa Municipal de Informática (IplanRio)**



Julio Oscar Lagun Filho assumiu a presidência da IplanRio em 29 de outubro de 2001. Antes, porém, foi presidente do CPDERJ (Fundação Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro) no início da década de 70 e auxiliou a reorganização do grupo Sul América de Seguros, em 1979, onde passou pelos cargos internos de Superintendente de Planejamento, Diretor de Administração, Diretor de Informática e Vice-Presidente. Lagun é formado em engenharia eletrônica e de sistemas pela PUC-RJ, pós-graduado na COPPE (Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia) da UFRJ, PUC-RJ e na ESG (Escola Superior de Guerra, do Estado Maior das Forças Armadas).

**Pre\$tando Conta\$** - No dia 1º de abril aconteceu a primeira reunião da Comissão Municipal de Informática. Quais foram os principais pontos abordados e o que identificaria como as repercussões mais interessantes desse encontro?

Julio Lagun - O Sistema Municipal de Informática se estrutura sob uma tríplice responsabilidade definida pelo Decreto 19.410, de 1º de janeiro de 2001: a da Comissão Municipal de Informática como instituição de natureza deliberativa para a formação das políticas do setor; a da IplanRio como órgão gestor do Sistema; e a das coordenações de informática como agentes executivos vinculados a cada um dos órgãos da municipalidade. No início de nossa administração, em novembro de 2001, encontramos a informática municipal ainda dissociada deste modelo. Consumimos os últimos 12 meses na construção de um sentido de "arquipélago" para as coordenações e na promoção da integração deste "arquipélago" à IplanRio. Sem esta estrutura consolidada, a Comissão Municipal de Informática não receberia da IplanRio informações e propostas apoiadas pela comunidade de informática. Assim, a primeira reunião da Comissão Municipal de Informática simboliza a vitória de todos os coordenadores de informática e dos Executivos da IplanRio na construção de uma comunidade articulada. Nossa primeira reunião mostrou uma radiografia do Sistema Municipal de Informática à Comissão; discutiu as principais questões pendentes, cujos enfrentamentos são essenciais para a consolidação do modelo e o estabelecimento de um modus operandi para a Comissão; e, principalmente, definiu os mecanismos a partir dos quais a Comissão pretende empreender sua orientação para que o Sistema Municipal de Informática ofereça à administração municipal uma efetiva contribuição para o alcance de seus objetivos permanentes e de governo. É importante destacar como fatores positivos o entrosamento dos membros da Comissão no trato de assuntos herméticos - como a questão tecnológica, o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pela comunidade de informática e a necessidade de suas institucionalizações. Em especial a orientação dada à IplanRio com relação a uma ação pró-ativa, estruturada e programada, com ênfase na investigação do que a Tecnologia da Informação está realizando e m pr ol do apoio aos programas sociais da administração Cesar Maia. Nesta primeira reunião, a comunidade de informática, representada pela IplanRio, alcançou um excepcional nível de sinergia para com os membros da Comissão Municipal de Informática.

**Pre\$tando Conta\$** - Como poderia ser definido o papel da IplanRio na Comissão, além do fato de ser a principal gestora do Sistema Municipal de Informática?

Julio Lagun - Compete à IplanRio se constituir no canal de comunicação entre a comunidade de informática

e a Comissão de Informática, dentro de uma filosofia de plena participação que foi o modelo que nossa administração optou por adotar. Dentro desta filosofia a IplanRio construiu um Sistema de Articulação e Integração junto às coordenações de informática. Este Sistema, estruturado a partir de câmaras, comitês e grupos focais, opera como um mecanismo de apreciação e estimulação sobre todos os temas que serão encaminhados à Comissão. Desta forma chegarão à Comissão consensos e não conflitos, permitindo que a reunião se concentre no processo de desenvolvimento e inovação.

**Pre\$tando Conta\$** - As Câmaras Técnicas, também previstas no Decreto 19.410, de 1º de janeiro de 2001, foram instaladas?

Julio Lagun - Não, ainda não. Nossa idéia é reservar essas Câmaras ligadas à Comissão Municipal de Informática para agregar ao Sistema Municipal de Informática contribuições da sociedade organizada. Será a etapa final de consolidação do Sistema, que trará a oxigenação necessária ao processo de crescimento contínuo inerente a todo sistema que procura preservar-se do progressivo esclerosamento que os encapsulamentos provocam.

## ENTREVISTA

**Julio Oscar Lagun Filho - Presidente da Empresa Municipal de Informática (IplanRio)**

**Pre\$tando Conta\$** - Quais são os números atuais do Sistema Municipal de Informática (quantos coordenadores existem, o total aproximado de máquinas instaladas, os principais sistemas/programas em operação no município)...

Julio Lagun - O número de coordenações se confunde com o da estrutura organizacional da própria Prefeitura. Hoje existem 40 coordenações, dos mais variados portes, organizadas sob a forma de clusters, estes definidos como os agregados de órgãos vinculados a cada uma das suas Secretarias. Além dos computadores centrais instalados na IplanRio, o parque de servidores (máquinas menores e que armazenam programas nas coordenações) alcança o número de 332 unidades. O total de micros hoje disponibilizados é da ordem de cerca de 20 mil unidades. A municipalidade é servida por uma rede de sistemas que cobre a maioria de suas necessidades corporativas - de contabilidade e controle, orçamento, administração financeira, pagamento e administração de pessoal e recursos humanos, até a administração de materiais e serviços. A administração tributária também é servida por sistemas que cobrem desde o planejamento tributário até as operações de todas as suas fases: de cadastramento, emissão, arrecadação e controle de pagamentos em todas suas instâncias, do amigável ao judicial, até o planejamento tributário. Todas as administrações funcionais e órgãos vinculados possuem sistemas de apoio às suas atividades. O portal da Prefeitura, já premiado por sua qualidade, encabeça uma rede de serviços que podem ser acessados pelo cidadão, junto com as páginas das unidades municipais.

**Pre\$tando Conta\$** - A IplanRio tem desenvolvido programas para setores específicos do Município ou as secretarias/empresas/autarquias utilizam mais softwares externos? Seria possível estabelecer uma proporção entre os sistemas em operação desenvolvidos internamente e aqueles cujas licenças são compradas ou alugadas?

Julio Lagun - A especificidade da área pública conduz ao desenvolvimento de programas personalizados. Com exceção dos programas de natureza genérica, como o de pagamento de pessoal, a maior parte daqueles utilizados pela municipalidade são desenvolvidos internamente - seja pela IplanRio ou pelas coordenações de informática.

**Pre\$tando Conta\$** - Nos primeiros meses de 2003 houve uma demanda significativa, por parte da mídia local, de informação sobre sistemas que a IplanRio processa mas que, na verdade, são de competência e responsabilidade de órgãos gestores distribuídos em todo o município. Um exemplo disso é o processamento de multas de trânsito. Poderia explicar como funciona e qual é a função da IplanRio nesse e em outros processos que considere interessante ou relevante?

Julio Lagun - O desenvolvimento de sistemas é uma responsabilidade distribuída. IplanRio e coordenações de informática dos órgãos da municipalidade desenvolvem sistemas. A IplanRio possui como

responsabilidade o desenvolvimento dos chamados sistemas corporativos, ou seja: aqueles que, pela sua natureza, servem a diversas secretarias ou que, pela sua natureza estratégica ou complexidade, devam ser tratados centralmente. As coordenações de informática cabe o desenvolvimento de sistemas departamentais ou funcionais, isto é: aqueles cuja natureza está restrita exclusivamente à Secretaria ou órgão em questão. Cabe, ainda, à IplanRio o apoio às Secretarias e órgãos municipais quando estes não se encontram aparelhados, conjunturalmente, para o desenvolvimento de sistemas essenciais às suas operações. O sistema de multas de trânsito é de natureza corporativa, pois as mesmas são geradas por diversas entidades da municipalidade. A existência de um órgão gestor, a Secretaria Municipal Transportes, não lhe confere o caráter departamental. Na verdade, todos os sistemas possuem órgãos gestores de seus respectivos temas, assim como a IplanRio não é gestora de nenhum sistema de negócio.

Pre\$tando Conta\$ - A web é recurso de informação utilizado cada vez mais por todas as áreas. Quantos sites e serviços do município a IplanRio administra ou fornece suporte direto?

Julio Lagun - Hoje temos 58 sites disponíveis oferecendo 150 serviços diferentes aos cidadãos, que vão desde informações gerais sobre o Município à impressão de guias de impostos e taxas. A IplanRio faz a manutenção de 60% destes sites, prestando consultoria aos demais.

Pre\$tando Conta\$ - O que a IplanRio projeta como as principais iniciativas para 2003 e 2004?

Julio Lagun - Este e o próximo ano trarão a conclusão de sistemas importantes atualmente em desenvolvimento. Entre eles podem ser citados: o Novo Fincon, o Sistema Único de Controle de Arrecadação, um novo Sistema de Administração de Recursos Humanos para a administração indireta, o Sistema de Controle de Obras, Auto de Infração e de Compras Eletrônicas, entre outros. Novas abordagens de intervenção da IplanRio estão sendo aplicadas, como o apoio à Secretaria Municipal de Urbanismo na construção de um cadastro único de logradouros e na modernização de seus cadastros técnicos, e na reengenharia de processos na Superintendência Municipal de Transportes Urbanos e RioFilme. Enfoques de integração estão disponibilizando a RioNet, uma intranet da municipalidade, e a primeira de suas aplicações, o Catálogo de Programas Sociais. Paralelamente está sendo estudada a construção de um Data Center, que abrigará todos os equipa-mentos servidores da municipalidade, e da rede ótica, em parceria com a CET-RIO, que permitirá uma redução radical de custeio nas comunicações e a viabilização da integração das transmissões de voz, imagem e dados.

### **Novas regras da cvm recebem aplausos e críticas**

O mesmo argumento é defendido por Alexandre Oliveira, diretor de risco e independência da PriceWaterhouseCoopers. Ele afirma que as medidas adotadas pela CVM são equivocadas no contexto da prática da auditoria independente. "Trocar de auditores e publicar honorários não representa garantia de maior qualidade das demonstrações financeiras. A qualidade é sustentada pela capacidade técnica do auditor, pelo conhecimento acumulado da organização auditada, pela reputação e histórico de atuação no mercado, pela estrutura operacional e de apoio da firma de auditoria, pelos princípios éticos e pela experiência alcançada em outros centros no segmento de atuação da entidade. Apoiamos as medidas que a CVM tem feito para fortalecer o conceito da governança corporativa no Brasil, mas a rotação de firmas de auditoria não tem aceitação no mercado internacional. Nem nos EUA, após todos estes escândalos, tal procedimento foi adotado".

Para Oliveira, o rodízio representa um retrocesso e pode gerar três conseqüências graves para as empresas de auditoria: perda financeira devido à concorrência, demissões pela perda compulsória de seu cliente de mercado e a falta de investimento no setor. "Vale a pena investir em um negócio que você não tem autonomia de operação, onde o seu direito de escolha é atingido e a continuidade do relacionamento comercial é determinada por um terceiro e não pelas partes envolvidas?", questiona.



Ao contrário das multinacionais KPMG e PwC, a brasileira Boucinhas & Campos + Soteconti, que soma mais de 100 anos de experiência no ramo, avalia as mudanças como positivas. Para José Fernando Boucinhas, um dos sócios, o rodízio de auditores reduz o risco de promiscuidade nas relações cliente-auditor. "Isto elimina conflitos potenciais de interesse, ao vedar a prestação de serviços de consultoria às empresas por eles auditadas", observa. Boucinhas vai além e defende que a CVM puna exemplarmente os infratores. "Estou plenamente de acordo com a multa. Regras e normas são para serem seguidas. Creio que a CVM deve, como habitualmente faz, obrigar o infrator a divulgar o fato", enfatiza.

No final de abril, a CVM começou a estudar mudanças para a Instrução 308. A diretoria analisa a possibilidade de transformar o rodízio apenas na obrigação de troca entre as equipes responsáveis pelos balanços dos clientes dentro da mesma empresa de auditoria. A regra se baseia na Lei dos Estados Unidos. O reparo deve-se ao fato de a CVM ter percebido que o rodízio não impede que um auditor mude de empresa e leve junto o seu cliente.

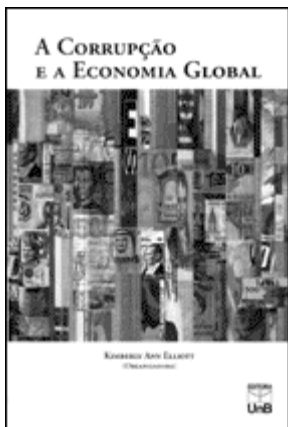
José Luiz Carvalho, que além de sócio da KPMG é membro da diretoria do Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon), considera que a publicação dos honorários de auditoria nos jornais servirá apenas para alimentar a concorrência no setor e reduzir os preços de serviços. "Por conseguinte, reduzirá a qualidade dos trabalhos de auditoria", diz. Boucinhas discorda: para ele, "as empresas conhecidas mundialmente como as Big 4, que lideram a contestação à CVM, dominam a profissão no Brasil e no mundo e reagem visando apenas a defesa dos seus interesses econômicos. Parece que muitos na profissão não entendem que há uma crise de credibilidade no mercado de capitais". Boucinhas acrescenta que as regras são saudáveis e classifica as reclamações como "descabidas, ao refletir uma visão corporativa e tacaña do mundo, que reduz sua ação à defesa de questionáveis interesses econômicos imediatistas".

Na avaliação do sócio da KPMG, à primeira vista parece que as empresas estão deixando de cumprir as regras, mas, segundo ele, não é isto o que está acontecendo na prática. "A norma não é suficientemente clara para estabelecer quais são os serviços considerados de não-auditoria, assim como quais são as exigências para quem não contratou estes serviços. Portanto, entendo que é um assunto mais de interpretação da norma do que de não querer atendê-la", diz Carvalho. "Pode existir conflito de entendimento ou de aplicação, mas de forma geral nossa cultura é de respeito às normas", complementa Alexandre Oliveira, da PwC. Boucinhas também não acredita no não-cumprimento e acrescenta que as maiores beneficiadas serão as empresas que cumprirem as regras editadas.

Desde março, a CVM encaminhou ofício às companhias abertas extinguindo eventuais omissões na divulgação de informações sobre os serviços prestados. "Somente após a conclusão do processo é que se poderá avaliar a necessidade de fazer alguma alteração da norma", salienta Ronaldo Cândido, da CVM. Muitas empresas que já tinham apresentado os balanços no final de março deixaram de mencionar sua relação com o auditor nos relatórios da administração que acompanham os balanços e não divulgaram o valor ou o percentual em relação ao honorário de auditoria.

ESTANTE

**Estudos avaliam a globalização da corrupção**



A Corrupção e a Economia Global  
Kimberly Ann Elliott (org.)  
Brasília: Editora UnB, 2002. 354p.

Uma conferência promovida em abril de 1996 em Washington, pelo Institute for International Economics (IIE) - entidade privada americana, sem fins lucrativos e voltada para o estudo e a discussão da política econômica mundial - deu origem ao livro A corrupção e a economia global, editado no Brasil pela Universidade de Brasília (Editora UnB) em 2002.

Organizado pela pesquisadora do IIE Kimberly Ann Elliott, o livro é uma coletânea de textos originados de palestras e debates realizadas no próprio Instituto, a maioria deles direcionada ao tema da corrupção em suas diferentes formas e manifestações. Os principais objetivos da publicação desse volume foram estimular a análise dos diversos aspectos que envolvem a corrupção, o desenvolvimento e a disseminação de práticas de abordagem corruptoras e tentar buscar soluções para um problema que é mundial. "A imprensa nos relembra quase diariamente que o comportamento corrupto permanece ubíquo. Ele ocorre tanto em democracias quanto em ditaduras militares, em todos os níveis de desenvolvimento e também em todos os tipos de sistemas econômicos - de economias de capitalismo aberto, como a dos Estados Unidos, por exemplo, até economias de planejamento central, como a da ex-União Soviética. Houve uma época em que a aparente universalidade da corrupção levou muitos observadores à conclusão de que se tratava de um aspecto corriqueiro da vida, a respeito do qual pouco se podia fazer. Mas a opinião pública está cada vez mais sendo envolvida na questão", afirma Kimberly Elliott que também assina a introdução do livro.

A corrupção e a economia global dedica atenção especial ao impacto causado pela corrupção no desenvolvimento econômico dos países. Também analisa medidas que governos, empresas multinacionais, organizações não governamentais e bancos multilaterais de desenvolvimento, entre outras instituições, podem adotar como parte da estratégia de combate à corrupção.

O volume de 352 páginas está dividido em três partes distintas. Na primeira, intitulada As Causas e os Efeitos da Corrupção, são explicadas as mudanças econômicas, políticas e tecnológicas que contribuíram para a evolução da corrupção como fenômeno global. Também são analisados as causas e os efeitos políticos potenciais a diversos tipos de corrupção e examinados o seu custo econômico: a ineficiência nos contratos públicos e nos serviços prestados pelo governo (burocracia e morosidade), o uso de dinheiro de propinas (fuga de capitais), o aumento das desigualdades sociais e o enfraquecimento da legitimidade política.

Na segunda parte do livro, Oportunidades e Opções de Reforma, são apresentadas as diversas iniciativas para a elaboração de diretrizes utilizadas hoje por governos, entidades internacionais e organizações não-governamentais. Neste segmento são abordadas as iniciativas anticorrupção, consideradas essenciais para o estímulo ao desenvolvimento e ao papel fiscalizador que pode ser desempenhado por uma sociedade civil forte no controle da corrupção.

Finalmente, no terceiro e último bloco de artigos do livro (sob o título Síntese e Conclusões), são relatados os avanços registrados na produção científica de estudos anticorrupção desde a conferência realizada pelo Instituto em 1996 e descritas algumas mudanças ocorridas na ênfase de trabalho do Banco Mundial e do FMI, organismos que cada vez mais destacam a importância da governança no desenvolvimento dos países.

.Encontro sugere dinamizar ações da Controladoria e do Tribunal de Contas



Aprimorar e agilizar os processos que envolvem rotinas comuns às áreas de controle interno e externo. Esses foram os dois objetivos principais do encontro inédito entre as equipes técnicas da Controladoria Geral do Município (CGM) e do Tribunal de Contas do Município (TCM) realizado na primeira quinzena de março no Planetário da Cidade.

Organizados em cinco grupos de discussão, os 34 auditores, contadores e técnicos de controle presentes ao encontro identificaram pontos comuns de trabalho e debateram mudanças que podem ser adotadas pelos dois órgãos para dinamizar os resultados na área de controle dos recursos públicos municipais. Uma síntese das discussões entre as duas equipes foi encaminhada para o Controlador Geral, Lino Martins da Silva, e para o Presidente do TCM, Thiers Vianna Montebello. Apesar de não ter sido marcada outra data para um novo encontro de trabalho, a intenção do grupo é que esse tipo de reunião para tratar de pontos específicos da rotina de controle seja freqüente.

A proposta inicial de um encontro das duas equipes surgiu no final de 2002, em conversa informal entre o Controlador e o Presidente do TCM. A partir dessa idéia, técnicos das duas áreas começaram a levantar os problemas mais freqüentes, que prejudicavam o andamento dos processos. De acordo com o Subcontrolador Vinícius Viana, a disposição dos técnicos para a alteração em pequenos trabalhos pode ser citada como um dos problemas já solucionados: "Segundo uma lei do Tribunal de Contas, tínhamos que prestar contas individualmente do almoxarifado. Foi acertado que isso agora passará a integrar as contas gerais".

Para o Subcontrolador, o resultado da reunião foi bastante positivo. "Graças ao encontro, alguns procedimentos já melhoraram. Liberamos, por exemplo, arquivos de dados para que o TCM possa ter melhor acesso", diz. Ele também enfatiza que a integração entre os dois órgãos de controle do município trará maior eficiência nas diversas atividades, um resultado prático das discussões sobre "o quê cada um pode oferecer para melhorar os controles interno e externo do Município". O diretor da Secretaria de Controle Externo do Tribunal, Carlos Augusto Werneck, concorda. Para ele, o encontro "foi muito proveitoso e importante para a integração dos dois grupos. Foi possível criar uma prática de cooperação entre nós". Werneck explicou que um melhor acesso ao Fincon, sistema que identifica os valores gastos pela Prefeitura do Rio, agilizou alguns processos. "Poder consultar a despesa em dados informatizados é importante porque permite que o Tribunal deixe de fazer diligências sobre assuntos já apurados pela Controladoria".

Os resultados efetivos do encontro poderão ser visíveis dentro de alguns meses, depois que algumas propostas sugeridas pelos técnicos forem analisadas e aprovadas pelo Controlador Geral e pelo Presidente do Tribunal de Contas. Segundo o Controlador Geral, em alguns casos poderão ser modificadas resoluções da CGM, como aquelas cujo texto permitam dupla interpretação. Lino Martins da Silva observa que "a idéia é organizar outros encontros porque, à medida que o tempo passa, a legislação muda. Por isso torna-se necessário alterar as resoluções".

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

**Prefeito:** Cesar Maia

**Vice-Prefeito:** Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município



**Controlador Geral:** Lino Martins da Silva  
**Sub-controlador:** Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

**Assessora:** Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

**Edição:** Sonia Virgínia Moreira

**Pauta:** Graça Louzada

**Redação:** Graça Louzada e Aline Thomaz

**Editoração:** Inez Torres

**Ilustração:** Zope

**Versão Online:** Edgard Bernardino